

A CONDUÇÃO COERCITIVA DE LULA: *framing* e jogos de memória na Folha de S. Paulo

LULA'S BENCH WARRANT: *framing* and memory games at Folha de São Paulo

Adriano Charles da Silva CRUZ¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil

Resumo

Em 2016, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi conduzido coercitivamente pela Polícia Federal para prestar depoimento. A ordem foi do juiz federal Sérgio Moro, principal julgador dos processos da Operação Lava Jato. O ato polêmico repercutiu na imprensa e favoreceu um debate público sobre o tema. O Jornal Folha de S. Paulo publicou uma série de textos opinativos favoráveis e contrários à medida jurídico-policia. Investigamos os processos de produção de sentido, a partir dos enquadramentos desses textos. Dessa forma, articulamos a identificação dos sistemas de "*framing*" (ENTMAN, 1993) a uma análise discursiva a partir do conceito "memória" (ORLANDI, 2007). Os resultados sugerem a predominância de processo de enquadramentos negativos que desconstruem a imagem de Lula.

Palavras-chave

Jornalismo; Operação Lava Jato; Enquadramento; Jornalismo Opinativo.

Abstract

In 2016, former President Luiz Inácio Lula da Silva (PT) received a bench warrant from the Federal Police to testify. The order came from Federal judge Sérgio Moro, the main judge of the lawsuits connected to the Operation Car Wash. The polemic act has had a backlash in the press and has favored a public discussion about the topic. Folha de São Paulo journal has published a series of opinionative texts favoring and opposing the legal Police measure. The processes of meaning production have been investigated, from the framework obtained from these texts. Hence, we have structured the identification of the framing systems (ENTMAN, 1993) to a discursive analysis from the "memory" concept (ORLANDI, 2007). The results suggest the predominance of the process of negative frameworks which deconstruct Lula's image.

Keywords

Journalism; Operation Car Wash; Framework; Opinionative journalism.

RECEBIDO EM 07 DE AGOSTO DE 2018
ACEITO EM 01 OUTUBRO DE 2018

¹JORNALISTA. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É líder do grupo de pesquisa Círculo de Estudo em Cultura Visual. Desenvolve estágio de pós-doutorado na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo onde pesquisa as representações de Lula e Dilma na cobertura da Operação Lava Jato. Contato: adriancruzufm@gmail.com

Introdução

No dia 04 de março de 2016, todos os noticiários brasileiros veicularam matérias sobre a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele foi obrigado a prestar depoimento à Polícia Federal, no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, no âmbito Operação Lava Jato, fase batizada de *Aletheia*. A medida, incomum entre políticos, também era pouco conhecida fora dos meios especializados, tanto que foi considerada como uma espécie de “prisão” temporária, promovendo intensos debates na opinião pública graças à cobertura exaustiva da imprensa.

Após o depoimento forçado, Lula foi ao sindicato dos bancários, na capital paulista, onde fez um longo discurso, anunciando sua futura candidatura à Presidência da República, em 2018. Também, conforme noticiado, houve confrontos entre a militância do Partido dos Trabalhadores e opositores nas cidades de Congonhas e São Bernardo do Campo, em São Paulo.

A operação Lava Jato entra no seu quarto ano, tendo se iniciado em março de 2014, a partir de uma investigação sobre lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, empreiteiras e políticos. Mais de duas centenas de pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público (MP) e cerca cem foram condenadas.

O juiz titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, se tornou um dos magistrados mais conhecidos do país, graças aos holofotes da mídia. A partir da Lava Jato, houve mudanças significativas no sistema judiciário, policial e político. Entre essas alterações estão a prisão após condenação em segundo instância pela nova interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF); as delações premiadas e as longas prisões preventivas. Todas essas polêmicas jurídicas foram mediadas intensamente pela grande imprensa.

No caso estudado, as imagens, fotografias, vídeos e reportagens da condução coercitiva promoveram um “espetáculo” midiático com a cobertura massiva da imprensa. Também, promoveram intensos debates pró e contra nos jornais.

Não apenas o jornalismo agendou o debate sobre a Lava Jato, mas também o audiovisual com a produção de filmes e séries sobre o tema. Destacamos o filme *Polícia Federal: a lei é para todos* (2016), dirigido por Marcelo Antunes e estrelado por atores “globais”. O longa-metragem constrói uma narrativa, com forte ancoragem nos relatos da mídia tradicional e dos julgadores e investigadores, sobre os bastidores da Operação Lava Jato. A

avant première em Curitiba contou com a presença dos juízes federais Sérgio Moro e Marcelo Bretas, além do coordenador da operação no MP, o procurador Deltan Dallagnol.

Destacamos também a série *O Mecanismo* (2017), dirigida por José Padilha, estrelada por Selton Mello e disponível na Netflix. Ela provocou polêmicas nas redes sociais, críticas de políticos e sofreu um boicote por, deliberadamente, inverter a ordem cronológica dos acontecimentos e colocar “na boca” do personagem Higino (inspirado no ex-presidente Lula) a célebre frase “estancar a sangria” do senador Romero Jucá (PMDB-RR). O áudio em que Jucá conversa com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, foi divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo, em 23 de maio de 2016. Há a interpretação de que se tratava de um “pacto nacional com o Supremo, com tudo” para interromper a Lava Jato, promover a derrubada da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e a mudança do governo para o então vice-presidente Michel Temer (MDB).

De maneira inequívoca, ao se apropriar da lógica da mídia (gravação e divulgação em vídeo de todos os depoimentos, uso de microfones e linguagem próxima à jornalística), a Lava Jato foi determinante em sua popularização. Defendemos que um dos acontecimentos que expõe o processo de midiaticização da Lava Jato foi a medida excepcional adotada contra Lula.

Dessa forma, pretendemos analisar os principais textos opinativos da Folha de S. Paulo acerca da condução coercitiva do ex-presidente. Recortamos a edição impressa do jornal de 05 de março de 2016, dia posterior ao acontecimento jurídico-midiático. O corpus da pesquisa é composto por um editorial, não assinado; uma charge²; cinco artigos de opinião e sete notas de uma coluna.

Nosso objetivo é investigar os processos de produção de sentido midiáticos, com base nos enquadramentos e retomadas da memória discursiva que se ligam à (des)construção da imagem de Lula.

Fundamentação teórica

A seleção das notícias que farão parte do jornal é um processo complexo que envolve fatores organizacionais, extraorganizacionais e culturais. Por vezes, o conhecimento do que é notícia torna-se um saber internacionalizado na “tribo” jornalística.

²Consideramos a charge como um texto sincrético, composto por imagem e enunciado verbal.

De acordo Pena (2005, p. 120), o conhecimento do que é notícia é um saber inculcado nos jornalistas pela tradição do grupo. Os profissionais da imprensa formariam uma “tribo”, com costumes, vocabulários e ritos específicos. Um dos principais “ritos de iniciação” para que o profissional novato ou “foca” se torne parte dessa comunidade, “[...] é a capacidade de saber quais são os fatos que merecem virar notícia. Ou seja, como atribuir valor a critérios de noticiabilidade, segundo o que chamam de faro jornalístico”.

Nesse sofisticado processo, está presente ainda a formação social e ideológica dos emissores, as especificidades dos diferentes textos e gêneros jornalísticos. Além da influência organizacional e das tensões ideológico-políticas a que estão submetidos os jornalistas e os empresários da comunicação.

Ressaltamos que tais valores operam em conjunto (CRUZ, 2014), ou seja, quanto mais critérios de noticiabilidade um determinado fato possuir, maior é a possibilidade de superar as barreiras dos *gatekeepers* e, assim, ser publicado.

Nesse sentido, a condução coercitiva de Lula estava prenhe de “valores-notícias” (TRAQUINA, 2005) que logo despertaram o interesse jornalístico: um dos líderes políticos mais conhecidos no Brasil e no exterior foi submetido a um acontecimento polêmico e negativo, suspeito de favorecimento de um esquema de corrupção, que envolvia empresários e outros políticos. Todo esse “escândalo” mediado pelos holofotes da imprensa.

Segundo Thompson (2002), a evolução das mídias favoreceu a visibilidade dos escândalos, especialmente, nas sociedades em que o poder e reputação estão alinhados. Assim, desconstruir a imagem de alguém é também uma maneira de diminuir o seu poder simbólico.

Em síntese, os critérios de noticiabilidade constituem uma tentativa de resposta à questão: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?” (WOLF, 2005, p. 202). Essas respostas, ainda que estabilizadas, foram construídas ao longo da história do jornalismo, mas são cambiantes no tempo e na sociedade em que se localizam.

Traquina (2005) destaca o escândalo, o conflito e a infração como elementos fulcrais para o interesse jornalístico. Portanto, esses abundavam no cenário de tensão daquele dia 04 de março de 2016, por isso, serão destacadas em nossa análise.

Embora, viva-se um tempo de efervescência das redes sociais digitais, a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016) comprovou que os jornais impressos são os veículos jornalísticos mais confiáveis para os brasileiros.

Além disso, segundo a teoria do 'agendamento' (MCCOMBS; SHAW, 1972), o jornalismo conseguiria fomentar a discussão pública, oferecendo os temas a serem discutidos pela audiência. A evolução dessa hipótese levou à conclusão de que, na verdade, os grandes meios de comunicação dizem não apenas no que pensar, mas também como pensar no assunto e, como consequência, o que pensar. Trata-se do segundo nível da *agenda setting*, em que o impacto da agenda midiática na pública varia de acordo com os atributos destacados sobre os temas, pessoas ou outros objetos em questão (MCCOMBS; SHAW; WEAVER, 2014).

Segundo Traquina (2005), esses estudos redescobriram o poder do jornalismo, visto que o processo de seleção das notícias e os enquadramentos dados para sua interpretação são faculdades importantes.

Todavia, pesquisas recentes acerca do *gatekeeping* revelam o potencial de edição na internet, que oferece novas possibilidades de interação entre os membros da audiência, que são também novos elaboradores ou criadores de conteúdo. Amplia-se, por conseguinte, a participação colaborativa das audiências, segundo Bruns (2011).

Os dispositivos móveis, *smartphones* e *tablets*, permite também uma interação em tempo real entre jornalistas e leitores, dirimindo fronteiras entre os saberes e fazeres. De acordo com Canavilhas e Santana (2011, p. 54), eles alteram as rotinas produtivas, pois, "estão criando um novo repórter, o denominado *mobile journalist*, e cidadãos cada vez mais interessados em participar das notícias ou mesmo criar caminhos alternativos à imprensa tradicional".

Shoemaker (2011) aponta que esse alto nível de interatividade transforma os leitores também em *gatekeepers*, uma vez que possuem a faculdade de selecionar as notícias que desejam compartilhar ou não. "Depois que os jornalistas escolhem eventos com base na sua avaliação do valor de notícia do item, os leitores assumem o controle" (SHOEMAKER, 2011, p. 179).

Ora, se as notícias levam ao debate, os textos que integram o chamado gênero opinativo, conforme categorização de Marques de Melo (1994), se submetem a critérios de noticiabilidade, ressalvadas suas peculiaridades. Por conseguinte, esse tecido opinativo toma parte do processo de agendamento dos temas midiáticos, amplificando o debate

público e oferecendo possibilidades de interpretação e posicionamentos discursivos.

Personagens, acontecimentos e posicionamentos são publicados de maneiras distintas nos jornais. Esse enquadramento ou *framing* é a maneira que os jornalistas constroem discursos e representações de mundo diversas. Como explica Entman (1993, p. 5, tradução nossa): “selecionar e jogar luz sobre aspectos de um evento ou de um assunto, e fazer conexões entre eles para promover uma interpretação particular, uma avaliação e/ou solução”. O uso de determinadas expressões, adjetivos, juízos de valor e estereótipos são algumas das estratégias dos processos de *framing* que reafirmam e constroem os acontecimentos.

Conforme Porto (1998, p. 24), “a análise de enquadramento possibilita investigar o processo pelo qual interpretamos a realidade política utilizando atalhos (pontos de vista ou ‘filtros’) que nos permitem dar sentido ao mundo”. Dessa forma, segundo Gitlin (1980) os enquadramentos operam mecanismos de seleção, ênfase e apresentação de ideias e temas para construir narrativas sobre os acontecimentos. Defendemos que essa operação é permeada por posições ideológicas na arena discursiva do jornal.

A memória ou interdiscurso é retomada de discursos já proferidos. Segundo Orlandi (2007, p. 31), corresponde ao “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Ora, isso acontece por estarmos submetidos às ações das ideologias e da história.

De fato, os movimentos da memória discursiva atravessam e constituem nossos textos e discursos. Por vezes, esquecidos, inconscientes ou deliberadamente silenciados, as ideias, imagens e textos de “outros lugares” integram nossa própria produção discursiva.

Em síntese, segundo Pêcheux (1997), todo discurso retoma, refuta, rememora, contradita ou silencia outros “já ditos”. Embora, o interdiscurso seja um princípio constitutivo de todo o dizer, por vezes, é possível localizar sua presença por marcas dessas memórias nos textos e nas imagens jornalísticas.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados são a pesquisa bibliográfica e o diálogo epistêmico das teorias do *framing* (enquadramento) e do agendamento com a análise de discurso.

Nos 14 textos da Folha de S. Paulo, identificamos as avaliações da condução coercitiva de Lula a partir das três orientações metodológicas para

análise dos enquadramentos, propostas por Porto (2004, p. 90-95): a) especificação dos níveis de análise do conceito; b) identificação das principais controvérsias; c) desenvolvimento de uma análise sistemática.

O autor categoriza os enquadramentos em dois tipos principais: noticiosos e interpretativos. Embora possam se interconectar, nos textos opinativos, predominam os últimos que operam especificamente na avaliação dos temas e dos acontecimentos. Esses enquadramentos são operados dentro e fora da grande imprensa por especialistas, partidos, movimentos, entre outros. Também podem ser mediados por profissionais da comunicação: “Jornalistas tendem a apresentar seus próprios enquadramentos interpretativos em colunas de opinião ou matérias de cunho analítico” (PORTO, 2004, p. 92).

Pela natureza do *corpus*, definimos que o enquadramento abordado é o interpretativo. Assim, analisamos apenas 14 textos opinativos (coluna, editorial, artigos de opinião), publicados no dia 05 de março de 2016.

Também, pomos em evidência as polêmicas e controvérsias presentes nos enquadramentos e na oposição entre eles. Realçando os argumentos contrários e favoráveis à condução coercitiva. Para isso, adaptamos as duas categorias de *framing* formuladas por Miguel e Coutinho (2007). Em uma análise empírica sobre o escândalo do “mensalão” (2005-2006) nos jornais, os autores classificaram os *frames* em “causas e remédios”. Propomos a leitura de enquadramentos que tematizem as “causas” e as “consequências” da polêmica, discursivizadas nos textos opinativos.

Procuramos, quando possível, localizar os jogos de memória materializados nas seguintes estratégias intertextuais: citações, discurso indireto, ironia, refutações, paródia e paráfrase.

Análise dos enquadramentos

O primeiro texto analisado é o posicionamento oficial do jornal Folha de S. Paulo. O editorial “Vitimização”, na página A2 Opinião, apresenta na abertura, em forma de *lead*, a causa do conflito: “Lava Jato fecha o cerco em torno de Lula, mas aparato policial utilizado teve como efeito indesejável o acirramento dos ânimos”.

Os personagens citados foram o “marqueteiro de Dilma, João Santana”, o “ex-líder do PT, Delcídio Amaral”, a Polícia Federal, a “militância petista”, Sérgio Moro, Lula e o Planalto (Brasília).

O principal conflito do editorial é nomeado como uma fase da “crise política” brasileira, retomando dizeres recorrentes no período. Assim, o jornal

recupera acontecimentos anteriores, via efeitos da memória, para ancorar sua crítica ao ex-presidente:

Já fortemente acelerada pelas recentes prisões de João Santana [...] e pelas notícias em torno da delação premiada de Delcídio do Amaral [...], a crise política conheceu, nesta sexta-feira, novos e cadentes desdobramentos (Folha de S. Paulo, 2016, p. A2).

O enquadramento é negativo com a prévia condenação de Lula. O editorial afirma que os casos do triplex do Guarujá e do sítio em Atibaia “são de pleno conhecimento público”, porém, lamenta que a condução coercitiva e a sua repercussão “deram algum fôlego à militância do PT”. Utiliza-se também de um discurso indireto, atribuído a anônimos ao nomear como “vozes diversas” do “meio jurídico”, defendendo que o ex-presidente poderia ter sido intimado sem o “recurso da força e pirotecnia”.

O enquadramento seguinte relativiza o papel do juiz Sérgio Moro que apenas “entendeu que a condução coercitiva seria necessária para evitar riscos e tumultos”.

Como *framing* de consequência, o editorial prevê que se abriu uma oportunidade “para que Lula pudesse reforçar com renovado calor, e reanimada audiência o discurso da vitimização”.

Além disso, adjetiva o discurso do petista como “populista” e “desesperado”, cujo efeito seria apenas uma reaproximação com o Planalto, em referência a um suposto distanciamento político entre ele e a presidente Dilma Rousseff, conforme discursos que circulavam à época:

A mistura de populismo gasto e desconversa ofendida [...] souu como uma espécie de conclamação aos correligionários [...] na solidariedade do desespero, suas linhas de cisão e desentendimento com o Planalto (Folha de S. Paulo, 2016, p. A2).

Por fim, o articulista encerra retomando a Constituição Federal de 1988 ao afirmar que numa democracia “todos são iguais perante a lei” e, por isso, aponta que “a retórica lulista nunca souu tão inconveniente e inadequada”.

Figura 1: charge da Folha de S. Paulo



A charge, localizada no canto superior direito da página do jornal, satiriza o acontecimento e sua visibilidade. Não foi possível identificar a autoria, apesar da presença da assinatura. Além de Lula na tela da TV, temos dois anônimos, um médico e uma paciente. É possível ver apenas parte do corpo da mulher grávida na maca e o enunciado “urgente”.

A polêmica ocorre por meio da ironia produzida no deslizamento de sentido de “urgência”: um médico larga uma atividade essencial para fotografar a cena da TV. Dessa forma, questiona-se a importância da notícia em relação ao papel social que desempenha.

Entendemos que o enquadramento é desfavorável ao questionar a importância do caso e construir a caricatura de um Lula chateado e com feições grotescas.

O artigo “Lula, Heidegger e a verdade” é assinado pelo filósofo Hélio Schwartzman. Além dos referidos, cita os personagens Homero, Aristóteles e a Polícia Federal. Discute-se a etimologia da palavra grega *Aletheia*, nome dado àquela fase da Lava Jato, recorrendo à interpretação do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), para isso, fazendo uso de referências da história da filosofia e da literatura. O enquadramento é hermético: “Achou confuso? É difícil mesmo” (SCHWARTZMAN, 2016, p. A2), enfatiza o articulista.

Todo esse recurso à memória e à história é mobilizado para criticar, de maneira abstrata, a ação policial. Também há o apagamento do juiz e dos procuradores, não citados no texto.

Somente nas últimas linhas do texto, a polêmica aparece: “De todo modo, ao projetar para a operação *Aletheia* a noção de ‘busca’, a PF se torna perigosamente heideggeriana”. Por fim, aponta uma possível consequência:

a polícia poderia assumir um caráter “místico-religioso”. O que para o autor, deve ser evitado, “a atividade policial, como a filosófica, deveria a meu ver, ser tão desapaixonada quanto possível”.

O artigo “O punho cerrado” é assinado pelo jornalista da Folha, Igor Gielow. Nele o *framing* é negativo, começa elogiando os dias de governo Lula que “tem méritos”, mas que “boa parte deles evaporou” graças às escolhas feitas “pelo petista e seu grupo” (GIELOW, 2016, p. A2). O que justificaria as raízes da crise político-jurídica.

Além do ex-presidente, o articulista elenca como personagens: o ex-presidente José Sarney (MDB), a Rede Globo, Dilma, os “tresloucados comunistas alemães”, os “mensaleiros condenados” e a “militância chapa branca”. A escolha das três últimas nomeações constrói um enquadramento adverso ao petista.

Gielow desconstrói o sentido negativo do acontecimento jurídico-policial: o ex-presidente deveria ter aprendido a “lição de sobriedade que lhe foi aplicada pela Operação Lava Jato”.

Em seguida, recorre a uma imagem arquivada na memória para criticar o discurso do petista, em uma leitura enviesada ou revisionista da história do nazismo: Lula “com o punho cerrado, imagem imortalizada dos tresloucados comunistas alemães da década de 1920, aqueles cujo radicalismo ajudou a colocar os nazistas no poder”. Continua, com irônico salto histórico: “Ah, e também dos mensaleiros condenados à prisão e afins” (GIELOW, 2016, p. A2).

O enquadramento posterior, de maneira análoga, é negativo, postula que o ex-presidente de fato foi beneficiado pela corrupção. Afirma que ele incentiva uma “guerra cultural” mesmo depois de “conquistar o poder e adular as elites que adora atacar – propriedades de brinde são uma face visível da gratidão do pessoal ora em Curitiba”.

Além disso, relativiza a popularidade de Lula por meio da estratégia da ironia: “Algum apoio ele terá na forma de ‘progressistas’ (aspas, por favor) ou na militância chapa branca”. Também retoma uma citação do discurso de Lula, na sede do sindicato dos bancários, para acusar o petista de inflamar a polarização política: “Lula aposta na criação da tensão midiática para assustar a ‘elite’, mostrando que a jararaca está viva, como discursou após depor” (GIELOW, 2016, p. A2).

Em seguida, o articulista critica os protestos que ocorreram contra a Rede Globo, no dia anterior, realizados em frente à emissora no Rio de Janeiro.

No último parágrafo, o *framing* negativo desconstrói a imagem da presidenta Dilma e enuncia, como possível consequência, a derrota da estratégia lulista:

A aposta nas ruas é frágil, nem Dilma Rousseff, enrolada pelo enredo da Lava Jato, pela crise econômica terminal e pela ingovernabilidade que preside, abraçou em sua fala nessa sexta. O fôlego da tática lulista será testado, com riscos evidentes, até com o ato pró-*impeachment* do dia 13 (GIELOW, 2016, p. A2).

O artigo “Batalha final?”, também na página A2, é de autoria do cientista político e jornalista André Singer, porta-voz da Presidência da República no primeiro governo Lula, (2003-2007). Ao recorrer à memória, sustenta a tese de que a Lava Jato deflagrou uma luta contra o petismo e os seus líderes, iniciada após a eleição de 2014. “A absurda condução coercitiva tenta mobilizar e compactar, numa ofensiva final, os que desejam derrubar Dilma e extinguir o lulismo” (SINGER, 2016, p. A2).

Além desses atores, são citados Delcídio Amaral, Sérgio Moro, a Polícia Federal e o Ministério Público.

O enquadramento é contrário à ação da Lava Jato cuja justificativa “não para em pé”. Retoma o argumento, via discurso indireto, do delegado da PF sobre a condução com medida para preservar a segurança do ex-presidente. Argumenta, elencando eventos anteriores, que Lula já tinha prestado depoimentos espontâneos: “Afirmar que se procurava preservar a integridade do depoente não faz o menor sentido”.

O *framing* seguinte também é positivo a Lula e põe em questão a suposta neutralidade do juiz que seria consciente da espetacularização promovida:

O juiz Sérgio Moro certamente sabe o que se produziria se autorizasse o que autorizou. Era óbvio que haveria repercussão midiática nacional e internacional equivalente à prisão de uma celebridade. Era esse efeito imagético que se buscava (SINGER, 2016, p. A2).

Em seguida, critica o MP que associou Lula de maneira central ao “escândalo da Petrobras”, no dia posterior a uma “suposta delação de Delcídio do Amaral”, que agiu numa “vingança clássica” e “ressuscitou o *impeachment*”.

Como *framing* de consequência prevê a “mãe de todas as batalhas”, entre o “Partido da Justiça”, designação irônica da Lava Jato, e o governo Dilma. Por fim, aponta a polarização entre forças antagônicas, em alusão aos protestos pró e contra o *impeachment*: “A temperatura das ruas, aquecidas pelas manifestações programadas pela direita e pela disposição de luta demonstrada por Lula ao se livrar da injustificada coerção social”.

O artigo “Polícia e política” é do sociólogo e colunista dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, Demétrio Magnoli. O articulista inicia o texto com uma citação da nota do Instituto Lula que comparava a “violência” da Lava Jato impetrada contra o ex-presidente com uma agressão ao Estado de Direito. Faz essa retomada interdiscursiva para desconstruí-la e: o PT defende que há “suposta implantação de um ‘regime de exceção’”, mas essa alegação é “um escárnio” (MAGONOLI, 2018, p. A 14), pois as ações da Lava Jato estariam submetidas ao controle das instâncias superiores do judiciário.

As causas da polêmica seriam a não aceitação do “lulopetismo” das ações da Lava Jato e da tentativa da presidente Dilma em intervir na Polícia Federal ao trocar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, por Wellington César Lima e Silva, indicação de Jaques Wagner, um “soldado de Lula”.

Além desses personagens são evocados o Estado de Direito, a Venezuela, os ex-ministros José Dirceu (PT) e Miguel Rosseto (PT) e Eduardo Cunha (MDB).

Usa uma citação direta do também ministro Miguel Rosseto que criticou, em nota pública, a condução coercitiva: “Isso não é justiça é uma violência”. Essa declaração de um ministro do governo, segundo o articulista, significa que o “Planalto insurge abertamente contra a Lava Jato”. A nota de Rosseto seria uma intervenção no judiciário: “A crítica pública do Planalto a uma decisão judicial abre perigoso precedente: se vale no caso de Lula, valerá nos de João, Maria, José ou um tal de Cunha”, em referência ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, também investigado pela Lava Jato. Conclui a argumentação afirmando que foi o PT que politizou o judiciário.

Apela à ironia, através da seguinte enumeração: “politizou-se a economia, a Petrobras, a identificação dos quilombolas, a demarcação das terras indígenas, o currículo escolar e até o *Aedís egypti*” (MAGONOLI, 2018, p. A 14).

O enquadramento da ação de juiz também é positivo, reaparece a justificativa da não intencionalidade: “Moro jogou segundo as regras políticas impostas pelo PT”.

Nos jogos da memória, o articulista recorre a um pressuposto inerente à sociedade contemporânea: o respeito às leis e à crença na democracia. Faz isso por meio da comparação: o “Brasil não é a Venezuela”, em referência às críticas ao governo do presidente Nicolás Maduro.

Por conseguinte, o enquadramento da consequência é o respeito ao “Estado Direito”: “Se Lula crê que seus direitos constitucionais foram violados, resta-lhe procurar amparo nos tribunais superiores”. Todavia, elenca a possibilidade negativa de ruptura desse pressuposto: “ou como José Dirceu, erguer o braço e fechar o punho em desafio à democracia” (MAGONOLI, 2018, p. A 14).

A coluna painel da jornalista Natuza Nery (2016, p. A4) trouxe um mosaico de 16 pequenas notas curtas, apenas três não mobilizavam o debate sobre a Lava Jato. Elegemos sete que enfocavam a condução coercitiva e seus desdobramentos.

Na primeira nota “Moro ajudou”, aparece também o ex-ministro Gilberto Carvalho (PT). Há um *framing* positivo, defendendo que a condução coercitiva foi “desnecessária”. Para isso, usou uma citação direta do ex-ministro em defesa de Lula.

A nota “Escrito?” evoca a existência de discursos que procuravam um erro da Lava Jato, agora que isso ocorreu, Lula se tornaria “vítima”, fortalecendo a retórica do petista.

Na terceira nota “Round”, a colunista ecoou uma dúvida de policiais anônimos: “caso tenha havido subtrações de provas do Instituto Lula, abre-se margem para um pedido de prisão”. Para se contrapor à acusação, cita o advogado de Lula “Consumada a arbitrariedade, tentam encontrar justificativas, é uma aberração”.

A nota “Vapt-vupt” traz como personagens Dilma, Lula e um ministro anônimo. A então presidenta fez um pronunciamento longo de mais de dez minutos, mas apenas um deles foi dedicado a Lula. O que provaria o afastamento dela do PT. Usa a citação direta de “um ministro” que teria dito que isso era “inacreditável. Aprofunda-se o abismo entre ela e o PT”.

Em “Oi?” aparecem como atores os “funcionários do Planalto e da Esplanada” que criaram “um gabinete de crise para cuidar... de Lula”. A ironia emerge no uso dos três pontos e na quebra da expectativa, já que a presidência deveria tratar do governo Dilma.

Para aprofundar o enquadramento negativo, a nota “Timing” narra que “pouco depois, antes do pronunciamento de Dilma, a banda dos dragões executava em frente ao Planalto ‘Happy’, de Pharell Williams”, um

estranhamento já que a gravidade do momento não se coaduna com a animação do *hit*.

Por fim, a nota "Placebo" retoma discursos favoráveis ao afastamento da presidenta, em discussão na época. O *framing* é negativo a Dilma já que as chances do *impeachment* levaram à queda do dólar, mas esse era apenas um "reflexo passageiro". A consequência negativa é que "os dados da economia seguem sombrios", ao menos até a saída de Dilma, é o não dito no discurso da colunista.

Analisamos um conjunto de 14 textos, sendo sete notas de uma coluna, um editorial, uma charge e cinco artigos de opinião. Os enquadramentos interpretativos construíram posicionamentos ideológicos ao apresentar e enfatizar aspectos negativos ao ex-presidente e a seus apoiadores e omitir os discursos positivos.

Conclusão

A produção de textos opinativos, os enquadramentos e os discursos do jornal Folha de S. Paulo sobre o tema estavam em diálogo com as notícias e reportagens presentes no jornal. Permeadas de valores-notícia, essa produção dos *opinion-makers* traduzem posicionamentos ideológicos correntes na sociedade.

O processo de análise mostrou que, apesar dessas diferentes filiações ideológicas, os enfoques centrais buscavam apontar causas, consequências ou desdobramentos da polêmica. Em razão dos valores-notícia, o conflito foi o fio estruturador das opiniões, amplificando o debate público e oferecendo representações de mundo que serão retomadas, contraditadas, refutadas ou postas em suspeição pelos leitores.

É possível perceber a tentativa de relativizar a polêmica e, por vezes, inverter o papel de Lula: seria ele a origem da politização do judiciário? Por outro lado, ao minimizar o ato jurídico-policial-midiático, a maioria dos textos reforça a discursivização antipetista.

Alguns se antecipam à justiça condenando Lula previamente, já que recebe "propriedades de brinde". Referem-se a ele como um "populista desesperado", desqualificam os argumentos de defesa, fruto de uma "retórica inconveniente e inadequada".

Em outros momentos, põem em suspeita o apoio da presidenta Dilma, por meio de comentários irônicos sobre o discurso dela em defesa do petista ou por acontecimentos triviais, como a escolha do repertório de uma banda marcial que tocava em frente ao Planalto.

A desconstrução dos apoiadores do petista também é uma estratégia que reforça sentindo negativos, são militantes “chapa branca”, ou seja, facilmente manipulados.

O editorial da Folha de S. Paulo se encaminha para essa posição ideológica, porém, para um jornal que se pretende democrático e plural, como se autodenomina, é preciso abrir espaço para enquadramentos distintos. Todavia, como analisamos, houve uma assimetria nessa relação, favorecendo-se a desconstrução da imagem pública do petista.

A memória não apenas constitui nosso dizer pela emergência em marcas localizáveis, mas aponta o posicionamento dessas vozes dissonantes que compõem a sociedade. Portanto, os articulistas, o chargista e a colunista não expressavam apenas “suas” ideias, mas as ideologias a que se vinculavam. Importante ressaltar a atração da temática em uma era em que o escândalo é também um produto consumível e midiático.

As condições de produção indicavam uma polarização da sociedade na época entre forças sociais antagônicas, progressistas e reacionárias, que prenunciava o aprofundamento da crise política nos meses subsequentes. Tudo isso desembocou no “show midiático” do *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) e na prisão de Lula (2018).

Referências

- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2016. Disponível: <<http://pesquisademidia.gov.br/#/Geral/details-917>>. Acesso em: 20 de dez. 2016.
- BRUNS, Axel. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, vol. 7, num. 11. Brasília: SBPJor, 2011.
- CANAIVILHAS, João; SANTANA, Cavalhari S. Jornalismo para plataformas móveis de 2008 a 2011: da autonomia a emancipação. São Paulo: **Revista Líbero**, vol. 14, nº28, p. 53-66, 2011.
- CRUZ, Adriano Charles. **A charge no governo Lula**. Natal: EDUFRN, 2014.
- ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**. V. 43, n. 4, 1993. p. 51-58.
- Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 de março 2016. p. A2.
- GIELOW, Igor. Punho serrado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 de março 2016.
- GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media and the making and unmaking of the new left**. Berkeley: University of California, 1980.

- MAGNOLI, Demétrio. Polícia e política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 de março 2016.
- MARQUES DE MELO, José. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of the mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, p. 176-187, 1972.
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L.; WEAVER, David H. New Directions in Agenda-Setting Theory and Research. **Mass Communication and Society**, v. 17, p. 781-802, 2014.
- MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.97-123, jun. 2007.
- NERY, Natuza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 de março 2016
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PORTO, M.P. Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, v.12, n.4, out.-dez. 1998, p.17-25
- PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004.
- SCHWARTSMAN, Hélio. Lula, Heidegger e a verdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 de março 2016.
- SINGER, André. Batalha final. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 de março 2016.
- SHOEMAKER, Pamela J.; VOS, Tim P. **Teoria do gatekeeping: construção e seleção da notícia**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

